Inovação na gestão e nas práticas pedagógicas: a contribuição da Educomunicação para a renovação da base curricular nacional

Ismar de Oliveira Soares[1]
Professor Titular Sênior da ECA/USP
Presidente da ABPEducom – Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação

O presente artigo tem como propósito analisar as possíveis contribuições da prática educomunicativa para a implementação de uma reforma curricular, no Brasil, que leve em conta as demandas por uma educação que privilegie a formação para o exercício do direito universal à expressão e à comunicação. Para tanto, apresentada e analisa as possibilidades abertas pelas propostas de inovação presentes no texto da versão definitiva da Base Nacional Comum Curricular.

1 – A proposta da BNCC e as reações que provocou

Como é do conhecimento dos educadores brasileiros, o Ministério da Educação definiu em dois anos - a partir de dezembro de 2017 - o período para a implantação da nova Base Nacional Comum Curricular. A obrigatoriedade da inaugurar uma reforma de tão grande alcance, em tão pouco tempo, deixa certa sensação de insegurança que preocupa muitos pesquisadores da área, gestores de redes municipais de ensino ou mesmo de professores dos diferentes níveis e áreas da docência, no ensino básico.

[1] - O autor supervisionou projetos de educação midiática, em vários estados do Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, especialmente o ***Projeto LCC – Leitura Crítica da Comunicação***, implementado inicialmente junto ao Movimento Popular e, na sequência, junto a escolas privadas e públicas. Liderou, em 1996, a criação do NCE – Núcleo de Comunicação e Educação da USP, a partir do qual coordenou a pesquisa que sistematizou o conceito da ***Educomunicação*** (1997-1999). A partir do ano 2000, supervisionou uma série de programas de formação de professores/alunos entre os quais o ***Educom.rádio*** (Prefeitura de São Paulo, 2001-2004), para 11 mil professores/alunos do ensino fundamental; o ***Educom.tv*** (2002), semi-presencial, para 2.500 professores de 1020 escolas da rede estadual de educação; o ***Educomrádio.Centrooeste*** (2004-2005), para 2000 professores e alunos dos estados do Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, e o ***Mídias na Educação*** iniciativa do MEC, atendendo docentes matriculados em escolas do Estado de São Paulo, entre 2006 e 2012, formando 450 professores em nível de especialização e 6.500, em nível de aperfeiçoamento. Articulou a criação da Licenciatura em Educomunicação da Escola de Comunicações e Artes da USP, da qual foi coordenador.

Na verdade, são basicamente de três ordens as reações da sociedade frente ao novo dispositivo: apoio entusiasmado ou contestação radical, além, naturalmente, de uma indisfarçada indiferença, movida pela gravidade da crise político-econômica em que o país está mergulhado. Fixamo-nos nas duas primeiras:

1.1 – Apoio: oportunidade para alavancar a inovação

O site do PORVIR, uma organização do terceiro setor dedicada a pesquisas e assessorias em educação, apoia com entusiasmo a inciativa, ainda que com ressalvas. No artigo "As oportunidades e os riscos com a chegada da Base Nacional", assinado por Marina Lopes e Vinícius de Oliveira, a organização considera que a BNCC "traz oportunidades para alavancar a inovação na educação brasileira, considerando a contemporaneidade do projeto, que foca no desenvolvimento integral, na multidimensionalidade e nas competências gerais, sintonizadas com as demandas da sociedade do século 21, criando referências para que redes, escolas e professores saibam o que é esperado de cada um deles"[2].

O artigo dá ênfase especialmente à interpretação de Anna Penido[3], para quem o projeto teria a virtude de converter-se num "ponto de partida para promover a equidade, já que apresenta uma série de direitos de aprendizagem que precisam ser assegurados para todas crianças, adolescentes e jovens"[4].

1.2 - Contestação: o que diriam Anísio Teixeira e Paulo Freire?

Em posição de confronto à iniciativa do MEC, Daniel Cara[5], Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, afirma que "a BNCC reduz o trabalho pedagógico dos professores a uma lista de conteúdos que devem ser cumpridos e (equivocadamente) transmitidos, tornando o processo de ensino-aprendizagem mimético, irrefletido e irrealizável". E para contextualizar historicamente sua avaliação, ele pergunta:

- "O que diriam sobre a base curricular os educadores Paulo Freire e Anísio Teixeira?". E responde:

- Para Anísio Teixeira. a nova base curricular estaria contradizendo "uma experiência escolar significativa e democrática, orientada a educar ao invés de simplesmente instruir".

---

[2] - Ver: http://porvir.org/as-oportunidades-e-os-riscos-com-a-chegada-da-base-nacional/, acessado em 08/01/2018.

[3] - Diretora do Instituto Inspirare.

[4] - Ver Idem (Nota 10).

[5] - Daniel Cara foi um dos protagonistas da mobilização pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) na Câmara dos Deputados. Foi escolhido a personalidade da Educação, em 2012, em enquete coordenada, na Internet, pela Revista Nova Escola <https://novaescola.org.br/conteudo/2814/conheca-daniel-cara-a-personalidade-da-educacao-em-2012>, acessado em 10/01/2018.

- Já para Paulo Freire, a base curricular proposta pelo MEC "é a própria expressão da educação bancária, aquela que pressupõe que o aluno nada sabe e que o professor transmite o conhecimento, como se essa transmissão fosse possível em termos práticos". E conclui: "Provavelmente, Paulo Freire anotaria que a novidade dessa BNCC é seu desserviço na promoção de um controle injusto do trabalho docente, desvencilhado da oferta de condições de trabalho aos educadores e da boa prática pedagógica, que é obrigatoriamente dialógica, emancipatória e construtiva" [6].

1.3 – A resposta antecipada do texto oficial

Como que reagindo a futuras críticas como as que acabamos de transcrever, o documento do MEC antecipa-se, afirmando ser totalmente favorável a uma educação integral, porque integrada às "novas formas de existir" do educando brasileiro:

> *A BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir* (pg. 13 do documento).

As visões distintas fazem crer que o projeto é incontestavelmente polêmico, e que será implantado a partir de diferentes exegeses. É nesse contexto que nos perguntamos: que papel o novo projeto confere a uma área de particular interesse tanto para a denominada "inovação" quando para a "formação integral": a educação midiática e informacional?

2. Que tipo de Inovação interessa identificar

Não nos aventuraremos, nesse curto espaço de reflexão, a promover uma discussão epistemológica sobre o termo "Inovação" aplicado à Educação, perguntando, por exemplo, (a) se estaria sendo usado politicamente para designar a adoção de um modelo industrial de aprendizagem, definido por metas estabelecidas por setores específicos da sociedade, como o econômico, ou (b) se estaria sendo empregado para apontar a imperiosa necessidade de atualização pedagógica para tornar o processo ensino/aprendizagem mais autônomo e adequado aos novos modos de aprender, na era digital. Prefiro apostar na hipótese de que, na opção estabelecida pela política pública, não tenham sido cancelados os espaços para um modelo de educação que valorize o aluno e o professor em sua capacidade de

[6] - Texto completo em <https://danielcara.blogosfera.uol.com.br/2017/12/20/bncc-o-que-paulo-freire-e-anisio-teixeira-diriam-sobre-a-base-curricular/?cmpid=copiaecola, acessado em 10/01/2018.

buscar e construção conjunta de um conhecimento voltado ao atendimento de suas necessidades no contexto de um mundo em permanente transformação.

E foi sob esta perspectiva que examinamos uma parte substancial do documento do MEC, incluindo - além das "Competências Gerais" previstas - os tópicos referentes à denominada "Área de Linguagens". Identificamos nesses excetos a efetiva abertura de espaços para um tipo específico de inovação relacionada à interface Comunicação/Educação.

3. Competências Gerais: a Educação Midiática chega às metas governamentais

Até o presente momento, a denominada Educação Midiática - prática pedagógica voltada à análise do impacto dos meios de comunicação na sociedade e à promoção do uso dos recursos das tecnologias da comunicação e informação no cotidiano do ensino - esteve presente, no Brasil, através de ações esporádicas e localizadas, vinculadas à boa vontade de lideranças, quer na educação não formal, quer mesmo no espaço da formalidade escolar, chegando a contar, em alguns casos, com o apoio da estrutura de secretarias de educação. Exemplos deste apoio são visíveis nos casos (1) do Projeto de *Mídia-Educação*[7], implementado pela Secretaria de Educação da cidade do Rio de Janeiro, com o apoio da empresa municipal Multirio, e (2) do Projeto de *Educomunicação*[8], implementado pela Secretaria de Educação da cidade de São Paulo, contando em sua implantação com a colaboração da Universidade de São Paulo.

Dadas suas respectivas origens, os dois conceitos viveram momentos de confrontos nas últimas duas décadas. No entanto, os avanços das pesquisas e as trocas de experiências permitiram um efetivo diálogo entre seus promotores. Exemplos desta aproximação teórico-metodológica são, em nível latinoamericano, os projetos *Las Otras Voces* (Argentina) e *Educom.rádio* (Brasil)[9], bem como, em

---

[7] - De tradição europeia e nascido no âmbito das práticas de ensino, o conceito Mídia-Educação (*Media Education*) foi sistematizado pela UNESCO a partir do Congresso de Grunwald, Alemanhã (Ver o documento *Grunwald declaration on Media Education*, de 1982, acessível em: http://www.unesco.org/education/pdf/MEDIA_E.PDF). O termo designa expressamente "a prática pedagógica destinada a oferecer a todos os cidadãos, principalmente aos jovens, as competências para saber compreender a informação, ter o distanciamento necessário à análise crítica, utilizar e produzir informações e todo tipo de mensagens" (BÉVORT & BELLONI, 2009).

[8] - O conceito Educomunicação aplica-se fundamentalmente às relações de comunicação em espaços educativos, buscando a implementação de uma gestão democrática dos recursos da comunicação, com a participação de professores, estudantes e membros de comunidade educativa. Para tanto, faz-se útil e necessário o domínio de metodologias de análise comunicação e de produção midiática. O termo tem sido adotado como política pública, em diferentes níveis de governo, nas áreas da educação e do meio ambiente, a partir de uma pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Comunicação e Educação da USP, entre 1997 e 1999 (SOARES,1999). Sobre o conceito. sugerimos a leitura de dois artigos: "Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina" (SOARES, 2013) e "Da comunicação popular à educomunicação: reflexões no campo da 'Educação como Cultura'" (MÁRQUES & TALARICO, 2016).

[9] - As similitudes entre o projeto *Las Otras Voces*, de feição mídia-educativa, que implementou a prática de leitura da mídia e de produção radiofônica com jovens em 400 escolas da Argentina, de um lado, e o Projeto *Educom.rádio*, que levou a educomunicação

nível nacional, o projeto *Educom.geraçãocidadã*[10]. Em termos acadêmicos, verifica-se, igualmente, nos últimos anos, uma aproximação progressiva[11].

Foi uma surpresa constatar que tema tão circunscrito na tradição pedagógica brasileira tenha obtido espaço significativo em cada uma das três sucessivas versões da BNCC, produzidas ao longo das duas últimas administrações federais (SOARES, 2006a e SOARES 2016b).

No caso da versão definitiva da BNCC, o assunto ganha destaque, logo no início do documento, no subtítulo "Competências gerais da BNCC" (páginas 7 e 8 do documento), em que, das dez referências, seis (as de número 3, 4, 5, 7, 9 e 10), mantêm algum vínculo teórico ou metodológico com o objeto de nossa reflexão: a "educação midiática e informacional". Vejamos:

Competência Geral, sob o número 3:

> *Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também* ***participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural****.*

Competência Geral, sob o número 4:

> ***Utilizar diferentes linguagens*** *– verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica,* ***para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos*** *e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.*

Competência Geral, sob o número 5:

> ***Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.***

---

a 455 escolas da rede municipal de educação de São Paulo, de outro, foram objetos de um estudo comparado, em nível de mestrado, de autoria de Ana Carolina Altieri Soares (SOARES, PROLAM/USP, 2012)

10 - O Projeto *Educom.geraçãocidadã* une duas escolas, uma da rede pública (CEU-EMEF Casa Blanca) e outra da rede privada (Colégio Dante Alighieri), em São Paulo, sob a articulação da ABPEducom, em atividades de análise de mídia e de prática educomunicativa. <https://www.youtube.com/watch?v=IvTSqtT1xKk>.

11 - A título de exemplo, enquanto o MEC trabalhava na elaboração do texto final da BNCC, promotores e pesquisadores das áreas de Mídia Educação e de Educomunicação reuniam-se, em São Paulo, no espaço da Escola de Comunicações e Artes da USP, em novembro de 2016, para participar do *V Global Media and Information Literacy Week* (ou simplesmente *Global MIL Week*), uma iniciativa da UNESCO, objetivando ampliar o debate sobre a educação midiática e informacional, em todos os seus âmbitos e potencialidades. No mesmo período e local, promovia-se o *VII Encontro Brasileiro de Educomunicação*, que trazia ao espaço compartilhado com o evento internacional um total de 400 especialistas vinculados aos dois paradigmas de ações de educação midiática. O fato registrou o fortalecimento de um movimento de aproximação entre os especialistas das duas áreas, a serviço de propósitos comuns. A documentação do VII Educom (com 120 *papers*, em 940 páginas) encontra-se registrado no E-Book *Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural* https://issuu.com/abpeducom/docs/livro_educom_-_paginas_em_sequencia

As competências identificadas pelos números sete, nove e dez trazem temas especialmente caros à gestão educomunicativa:

> 7. ***Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis****, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.*
>
> 9. ***Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação****, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.*
>
> 10. ***Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação****, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.*

Caberá, naturalmente, discutir, na prática, a especificidade do tratamento a ser dado ao processo pedagógico [12] a partir do qual as ações em vista da promoção de tais competências serão implementadas: se numa perspectiva iluminista-bancária ou se num procedimento construtivista-dialógico. Aprofundamos as referências ao tema de nosso interesse avançando na leitura do texto da Base.

4. A Educação Midiática entre as metas para a Educação Infantil

Ao tratar da Educação Infantil, a BNCC explicita, a partir da página 34, o que espera dos pequenos, em termos de práticas expressamente "educomunicativas". Destacamos duas das competências esperadas, quais sejam:

> - *Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.*

---

12 - Processo pedagógico indica, aqui, o conjunto de procedimentos que permitirão aos alunos se apoderarem dos conceitos e das práticas anunciadas como metas do projeto curricular. Resta saber se a via será a de mão única, nos moldes da tradicional "educação bancária" ou se o projeto abrirá espaços para outras didáticas, que possibilitem a produção de conhecimento por parte dos alunos numa perspectiva problematizadora, dialógica e colaborativa. Lembramos que para a segunda perspectiva, não basta "formar" o professor para que este "retransmita" os conteúdos aos alunos. No caso, toda a comunidade educativa deve participar – de forma colaborativa e em igualdade de condições - do processo formativo. Esta foi a razão do êxito do projeto *Educom.rádio*, que articulou a prática educomunicativa de 11 mil entre professores, estudantes e membros das comunidades educativas de 455 escolas da rede municipal de educação de São Paulo, entre 2001 e 2004, gerando uma cultura que persiste na rede até o presente momento (sugerimos a assistência a dois documentários exibidos no Youtube. Um primeiro, de 2002, apresentando a implantação do processo formativo <https://www.youtube.com/watch?v=FDEVvZY164U> e o segundo, de 2017, abordando a prática de um dos 700 projetos vigentes, na atualidade, na mesma rede no endereço: < https://www.youtube.com/watch?v=fbP8MJLAt1M>

> *- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.*

A quem duvide de metas tão ambiciosas, reportamos ao programa "Imprensa Mirim", na rede municipal da Prefeitura de São Paulo, apresentado durante o V Global MIL Week, da UNESCO, em novembro de 2016[13].

5. A Educação midiática entre as metas para o Ensino Fundamental

O documento do MEC lembra, entre as páginas 55 a 58, a importância de se fortalecer a autonomia das crianças e adolescentes, de 6 a 14 anos, oferecendo-lhes condições e ferramentas para que acessem e interajam criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.

5.1 - O alerta inicial!

Inicialmente, o texto volta-se aos cuidados que os estudantes devem aprender a tomar em relação ao mundo das TIC, sugerindo aos educadores que introduzam o tema da mídia na plataforma curricular:

> *Os jovens têm se engajado cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil. Por sua vez, essa cultura também apresenta forte apelo emocional e induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressão mais sintéticas, diferentes dos modos de dizer e argumentar característicos da vida escolar.*

5.2 - Proposições

Num segundo momento, ainda entre as páginas 55 a 58, o texto do MEC retoma as propostas já consagradas na literatura dedicada à educação midiática, contemplando duas competências básicas a serem adquiridas pelos estudantes: (1ª) ser capaz de realizar a análise crítica da mídia e (2ª) ser capaz de dominar os elementos indispensáveis relativos a uma produção midiática, qualificada como democrática e participativa:

> **Proposta um**: *Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua*

[13] - Sugerimos uma visita do leitor a uma sequência de textos sobre a Educomunicação na primeira infância de no ensino fundamental, disponibilizada no E-book *Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural.* Organização de Ismar de Oliveira Soares, Claudemir Viana e Jurema Xavier (ABPEducom, 2017).

> *para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais.*
>
> **Proposta dois**: *também é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital.*

O documento aponta, na sequência, para o sentido ético do agir educomunicativo: "novos modos de aprendizagem" e "diálogo, na convivência cotidiana"

> *- Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes.*
>
> *- Além disso, e tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola. Em todas as etapas de escolarização, mas de modo especial entre os estudantes dessa fase do Ensino Fundamental, esses fatores frequentemente dificultam a convivência cotidiana e a aprendizagem, conduzindo ao desinteresse e à alienação e, não raro, à agressividade e ao fracasso escolar.*

Chamamos a atenção para estas metas pedagógicas. Elas serão ineficazes, caso o que se espera como resultado não seja implantado como procedimento. Em outras palavras, as propostas traduzem o que o paradigma educomunicativo tem como propósito específico, no cotidiano escolar.

6. A estrutura do discurso sobre a educação midiática

Não restam, pois, dúvidas de que a BNCC tenha incorporado, em suas metas primordiais, não apenas os conteúdos, mas a própria estrutura do discurso proferido pelos mídia-educadores e educomunicadores, há pelo menos quatro décadas.

Por outro lado, o documento reconhece que a execução dessas premissas necessitará, por seu caráter transdisciplinar, de outros saberes que não apenas aqueles tradicionalmente atribuídos aos professores das disciplinas do Ensino Fundamental. Assim, o currículo deverá, de forma igual, buscar uma

diversidade de formação e levar em conta os conhecimentos e valores que os estudantes trazem consigo para a sala de aula, sendo indispensável, para tanto,

a) prever e estimular a diversidade de formação e de vivências:

> *- Atenta a culturas distintas, não uniformes nem contínuas dos estudantes dessa etapa, é necessário que a escola dialogue com a diversidade de formação e vivências para enfrentar com sucesso os desafios de seus propósitos educativos;*

b) incluir, na roda, os saberes dos próprios estudantes, adquiridos em sua relação com a cultura midiática:

> *- A compreensão dos estudantes como sujeitos com histórias e saberes construídos nas interações com outras pessoas, tanto do entorno social mais próximo quanto do universo da cultura midiática e digital, fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa.*
>
> *- Nessa direção, no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.*

Os argumentos trazidos ao este artigo, até a presente página, são suficientes para atestar uma convergência de sentidos e de propósitos entre o ideário de um currículo que se pretende atualizado com o mundo, nesta virada de milênio, e as proposições articuladas em torno de uma educação midiática legitimada pela pesquisa acadêmica[14] e pelo apoio expresso da UNIESO, organismo da ONU, voltada às áreas da Educação e da Cultura[15]. É pouco, contudo, circunscrever-nos aos tópicos iniciais da proposta da BNCC. Avancemos para as propostas específicas da Área de Linguagens.

7. A Comunicação como objeto de aprendizagem, na Área de Linguagens[16]

Faz-se oportuno e necessário, efetivamente, avançar para anotar o que o projeto do MEC propõe, a partir da pg. 59 de seu texto, para a Área específica das Linguagens, espaços dedicados especificamente às aprendizagens da fala e da escrita, como fica explicitado no parágrafo a seguir:

---

[14] - Levantamentos junto ao Banco de Teses da CAPES, realizados em 28/01/2018, apontaram para um total de 257 pesquisas (mestrados e doutorados) sobre práticas educomunicativas, no Brasil, nos últimos 20, defendidos em 79 centros de pós-graduação. Por outro lado, formam identificadas 144 títulos de teses sobre Mídia-Educação, defendidas em 30 centros nacionais de pós-graduação em Educação.

[15] - Em 2010, a UNESCO disponibilizou um manual abrangente de *Alfabetização midiática e informacional, currículo para formação de professores*, <www.unesco.org/new/pt/brasilia/communication-and-information/access-to-knowledge/media-and-information-literacy/>.

[16] - Na BNCC, a Área de Linguagens é composta pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e, no Ensino Fundamental – Anos Finais, Língua Inglesa.

> *As atividades humanas se realizam nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal, corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos.*

É nessa perspectiva, pois, que

> *Cabe à escola possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagem diversificadas, de forma a que se ampliem suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens, em continuidade às experiências vividas na Educação Infantil.*

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da BNCC, esta área específica deve garantir aos alunos o desenvolvimento de competências para que estes

> *se expressem e partilhem informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzam sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação* (Pg. 63).

Em outras palavras, o documento assegura aos estudantes o direito de:

a) **participar de práticas de linguagem diversificadas**, incluindo as linguagens visual, sonora e digital;
b) **ampliar suas capacidades expressivas** em manifestações artísticas, corporais e linguísticas;
c) **ampliar seus conhecimentos sobre essas mesmas linguagens**.

Novamente, a advertência já registrada ao final do item 3 (sobre as competências gerais): resta saber em que condições, de que maneiras e em que espaços curriculares os aprendizados sobre as diferentes linguagens, incluindo as midiáticas e digitais, estarão sendo assegurados, no momento de especificar tais normas em projetos curriculares específicos.

No próximo tópico, o tema sobre a responsabilidade pelo trabalho com as diferentes linguagens no ensino fundamental. Haverá lugar para um novo profissional no espaço escolar?

8. Abertura para a presença, na escola, de especialistas em educação midiática

Nas páginas 65 a 67 do documento, a BNCC refere-se ao âmbito próprio da disciplina de Língua Portuguesa, destacando sua missão de ampliar o letramento dos estudantes do ensino básico, envolvendo, no conteúdo disciplinar, os gêneros e textos multimidiáticos, como forma de “produzir, configurar, disponibilizar, replicar e interagir”.

Para tanto, são incluídas referências explícitas às novas ferramentas de edição de textos, áudios, fotos, vídeos que tornam acessíveis a qualquer um a produção e a disponibilização de textos multissemióticos nas redes sociais e outros ambientes da Web:

> *Não só é possível acessar conteúdos variados em diferentes mídias, como também produzir e publicar fotos, vídeos diversos, podcasts, infográficos, enciclopédias colaborativas, revistas e livros digitais etc.*

Lembra, contudo, a BNCC, que o estar o aluno familiarizado com os novos recursos não significa, necessariamente, que já seja capaz de levar em conta "as dimensões ética, estética e política desse uso". No caso, os alunos necessitam obrigatoriamente de uma formação específica para lidar, de forma experimental e autoral, com o universo da mídia, no contexto de uma cultura em permanente mutação.

Tal formação, por sua vez, por ser específica, necessitará contar com a colaboração de mediadores educacionais que facilitem aos alunos avançar em suas produções de conhecimento a respeito de tema tão complexo.

Tais mediadores poderão fazer parte dos quadros da rede de ensino (docentes com formação suplementar) ou serem contratados como integrantes de projetos mantidos por núcleos de educomunicação e/ou de mídia-educação de universidades ou de instituições voltadas para a área da educação midiática. Estamos, na verdade, traduzindo o texto do MEC quando este refere-se a "curadorias" e a "curadores", trazendo para a gestão curricular um termo próprio da área da Cultura:

> *Passamos, então, a depender de curadores ou de uma curadoria própria, que supõe o desenvolvimento de diferentes habilidades.*

Na verdade, este "curador" já existe e está presente no mundo educacional há várias décadas, permanecendo, contudo, até o momento, invisível aos olhos dos gestores da Educação, no Brasil, assim como em outras partes do mundo.

9. Perseguindo as competências da educação midiática

O especialista em educação midiática proposto pela BNCC (seja o próprio professor do ensino fundamental, ou mesmo coordenadores de projetos especiais em Educomunicação, ou em Mídia-Educação) deverá - como descrito ao longo das páginas 65 a 67 do documento - cumprir duas tarefas, especificadas no tratamento que o documento pretende que seja dado aos conteúdos indicados:

1ª. Promover **as competências de "leitura"** junto aos alunos, através de propostas pedagógicas que facilitem a análise do que circula na mídia e especialmente nas redes sociais. A título de exemplo, o texto oficial do MEC sugere reflexões sobre os limites entre "liberdade de expressão" e "ataque a direitos":

> *É preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários. Não se trata de deixar de privilegiar o escrito/impresso nem de deixar de considerar gêneros e práticas consagrados pela escola, tais como notícia, reportagem, entrevista, artigo de opinião, charge, tirinha, crônica, conto, verbete de enciclopédia, artigo de divulgação científica etc., próprios do letramento da letra e do impresso, mas de contemplar também os novos letramentos, essencialmente digitais.*

2ª. Incentivar **as competências de "produção"**, em diferentes linguagens:

> *Como resultado de um trabalho de pesquisa sobre produções culturais, é possível, por exemplo, supor a produção de um ensaio e de um vídeo-minuto. No primeiro caso, um maior aprofundamento teórico-conceitual sobre o objeto parece necessário, e certas habilidades analíticas estariam mais em evidência. No segundo caso, ainda que um nível de análise possa/tenha que existir, as habilidades mobilizadas estariam mais ligadas à síntese e percepção das potencialidades e formas de construir sentido das diferentes linguagens. Ambas as habilidades são importantes.*
>
> *O que pode parecer um gênero menor, na verdade, pode favorecer o domínio de modos de significação nas diferentes linguagens, o que a análise ou produção de uma foto convencional, por exemplo, pode não propiciar.*

O texto oficial tem o cuidado de indicar que o tema da Comunicações e suas Tecnologias é absolutamente novo no sistema escolar brasileiro, fato que justifica o volume de dados inseridos no tópico destinado a tratar os elementos relativos aos "novos" letramentos:

> *O espaço maior nesse trecho introdutório destinado aos novos letramentos e à cultura digital é devido tão somente ao fato de que sua articulação ao currículo é mais recente e ainda pouco usual, ao contrário da consideração dos "letramentos da letra" já consolidados.*

Nessa linha, o texto reforça o cuidado a se ter com à diversidade cultural:

> *É importante contemplar o cânone, o marginal, o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, a cultura digital, as culturas infantis e juvenis, de forma a garantir uma ampliação de repertório e uma interação e trato com o diferente. Ainda em relação à diversidade cultural, cabe dizer que se estima que mais de 250 línguas são faladas no país – indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades. Esse patrimônio cultural e linguístico é desconhecido por grande parte da população brasileira.*

10. Eixos de Competências: saber ler, produzir e falar!

Segundo a BNCC, para dar conta de suas tarefas, a Área de Linguagens do ensino básico opera, de forma articulada, a partir de quatro eixos de competências, a saber: Eixo da "Leitura", da "Produção", da "Oralidade" e da "Linguística" (tema tratado a partir da pg. 71 do texto oficial). É justamente no conjunto dos três primeiros eixos que encontramos pressupostos de um programa de educação midiática, nas perspectivas defendidas pelos mídia-educadores e educomunicadores. O quarto eixo volta-se para os temas formais da língua culta.

No caso das Práticas relativas ao **eixo da Oralidade,** o texto oficial inclui "as práticas de linguagem como aula dialogada, webconferência, mensagem gravada, spot de campanha, jingle, seminário, debate, programa de rádio, entrevista, declamação de poemas, peça teatral, apresentação de cantigas e canções, *playlist* comentada de músicas, *vlog* de *game*, contação de histórias, diferentes tipos de *podcasts* e vídeos, dentre outras". Caberá ao aluno, basicamente:

> *- Estabelecer relação entre fala e escrita, levando-se em conta o modo como as duas modalidades se articulam em diferentes gêneros e práticas de linguagem (como jornal de TV, programa de rádio, apresentação de seminário, mensagem instantânea etc.), as semelhanças e as diferenças entre modos de falar e de registrar o escrito e os aspectos sociodiscursivos, composicionais e linguísticos de cada modalidade sempre relacionados com os gêneros em questão.*

11. Campos de Atuação: do jornalismo à vida pública

Na BNCC, a partir da página 80, a organização das práticas de linguagem é discriminada por "Campos de Atuação", apontando para a importância da contextualização do conhecimento escolar.

São cinco os espaços de atuação a serem considerados pelos docentes no planejamento didático das atividades relacionadas ao aprendizado das diferentes linguagens: (1) o Campo da vida cotidiana (somente anos iniciais); (2) o Campo artístico-literário; (3) o Campo das práticas de estudo e pesquisa; (4) o Campo **jornalístico/midiático** e, finalmente, (5) o Campo de **atuação na vida pública**, sendo que esses dois últimos aparecem fundidos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com a denominação Campo da vida pública

Mais uma vez, a Base Nacional Comum Curricular aproxima-se de uma realidade já vivida por milhares de crianças e jovens, no Brasil, a partir dos referenciais educomunicativos e mídia-educativos: a produção midiática com o gênero jornalístico. Foi o que ocorreu, por exemplo, a partir de 2008, em mais e 6 mil escolas beneficiadas pelo Programa Mais Educação, do MEC, envolvendo mais de dois milhões de alunos, quando da vigência do macrocampo "Comunicação e uso de mídias"

(PRÓSPERO, 2013). O mesmo fenômeno é reportado com frequência pela *Revistapontocom*, em relação ao trabalho mídia-educativo em escolas do Rio de Janeiro e de Recife.

Já no que diz respeito ao campo de atuação na vida pública, é ressaltado seu potencial para promover "a valorização dos direitos humanos e a formação de uma ética da responsabilidade", com a identificação e a valorização das manifestações dos movimentos sociais e populares, conforme reza a página 135 do documento:

> *No campo de atuação da vida pública ganham destaque os gêneros legais e normativos – abrindo-se espaço para aqueles que regulam a convivência em sociedade, como regimentos (da escola, da sala de aula) e estatutos e códigos (Estatuto da Criança e do Adolescente e Código de Defesa do Consumidor, Código Nacional de Trânsito etc.), até os de ordem mais geral, como a Constituição e a Declaração dos Direitos Humanos, sempre tomados a partir de seus contextos de produção, o que contextualiza e confere significado a seus preceitos.*
>
> *Trata-se de promover uma consciência dos direitos, uma valorização dos direitos humanos e a formação de uma ética da responsabilidade (o outro tem direito a uma vida digna tanto quanto eu tenho).*
>
> *Ainda nesse campo, estão presentes gêneros reivindicatórios e propositivos e habilidades ligadas a seu trato. A exploração de canais de participação, inclusive digitais, também é prevista. Aqui também a discussão e o debate de ideias e propostas assumem um lugar de destaque.*
>
> *Assim, não se trata de promover o silenciamento de vozes dissonantes, mas antes de explicitá-las, de convocá-las para o debate, analisá-las, confrontá-las, de forma a propiciar uma autonomia de pensamento, pautada pela ética, como convém a Estados democráticos. Nesse sentido, também são propostas análises linguísticas e semióticas de textos vinculados a formas políticas não institucionalizadas, movimentos de várias naturezas, coletivos, produções artísticas, intervenções urbanas etc.*

Por fim, o documento destaca a relevância dos diferentes campos de atuação da Área de Linguagens para o exercício da empatia e do diálogo.

No entanto, devemos estar atentos para o fato de que nenhuma dessas competências poderá ser adquirida pela simples dissertação sobre elas por parte dos professores. Por sua natureza, a aquisição dessas habilidades exige vivências e práticas, que serão adquiridas mediante procedimentos capazes de envolver e motivar os estudantes, de forma construtivista, coletiva e solidária, em projetos de intervenção em seus respectivos ecossistemas comunicativos. A Educomunicação se presta a este serviço, dada a sua origem na luta dos movimentos sociais pela conquista da liberdade de expressão, pela reafirmação do direito às diferenças e pelo reconhecimento dos direitos humanos, prioridade de todo o processo educativo (MÁRQUES & TALARICO, 2016). Além do mais, a afirmação do

protagonismo infanto-juvenil nos processos de aprendizagem sela o envolvimento das novas gerações com as metas pedagógicas, criando comprometimentos duradouros; enfim, educando.

12. O que a Mídia-Educação e a Educomunicação têm a oferecer

Chegou o momento de uma conversa mais propositiva dos especialistas em educação midiática com os responsáveis pelas políticas públicas, nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), mobilizando as autoridades para que sejam criados e implementados procedimentos que deem respostas às demandas que o próprio poder público já reconhece como de máxima urgência, conforme explicitado no próprio texto da BNCC.

No caso, ficou evidenciado que existem espaços para duas categorias de pesquisadores e profissionais que trabalham justamente com a educação midiática e informacional, os *mídia-educadores* e os *educomunicadores*. A partir de nossa experiência, constatamos especificidades que se coadunam com a conformação de cada uma destas especialidades. Para os mídia-educadores, por exemplo, a primazia é representada pelos elementos da BNCC que dizem respeito expressamente à presença das tecnologias da informação e dos meios de comunicação na sociedade e nas práticas educativas. Já no caso dos educomunicadores - para além da recepção crítica da mídia - interessa especialmente a própria gestão dos processos comunicativos, em propostas de auto-gestão no emprego das tecnologias a serviço da construção do aprendizado sobre práticas cidadãs[17].

13. A título de conclusão

A proposta que mantemos e socializamos é a de levar à base curricular brasileira, no espaço de ação das Secretarias Municipais de Educação, as propostas inovadoras de Anísio Teixeira e Paulo Freire de construir projetos de educação que resgatem o protagonismo do professor e do aluno, no chão do sistema educativo, pelo cumprimento dos dispositivos legais abertos a uma comunicação dialógica e participativa, como as identificadas e transcritas nesse artigo. É o que denominamos como "Educomunicação possível".

[17] - As Secretarias de Educação dos municípios já podem contar com especialistas na área da educação midiática, em Universidades que contam com cursos de Educação e de Comunicação. O NCE/USP, núcleo que ressemantizou o conceito da educomunicação continua a oferecer assessoria ao ensino formal <http://nce-usp.blogspot.com.br/> . O mesmo acontece com a ABPEducom www.abpeducom.org.br e o núcleo brasileiro da Alfamed https://www.redalfamed.org/contacto.

Referências

ANNIBAL Sérgio Fabian; LUVIZOTTO Caroline Kraus & ALANIZ, Érika Porceli, "Mídia-Educação, Educomunicação e formação de professores", in *Revista da ALAIC*, v. 14, n. 26, **2017**. ISSN: 1807-3026. Acessível em: https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/issue/view/29

ARROYO, G. Miguel. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis, RJ: Vozes, **2011**.

BÉVORT, Evelyne & BELLONI Maria Luiza. "Mídia-Educação: conceitos, história e perspectivas", in: *Educ. Soc.* , Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. **2009**, acessível em http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf/).

VIANA, Claudemir. "Educomunicação, do movimento popular às políticas públicas: o percurso acadêmico de Ismar de Oliveira Soares", in *Revista da ALAIC*, v. 14, n. 26, **2017**, Pgs 238-247. ISSN: 1807-3026. Acessível em: https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/issue/view/29

FANTIN, Monica, "Mídia-educação no ensino e o currículo como prática cultural", in *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 2, p. 437-452, maio/ago. **2012**. Acessível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss2articles/fantin.pdf.

MÁRQUES, Fernanda Telles & TALARICO, Blueth Sabrina Lobo Uchôa, Universidade de Uberaba. "Da comunicação popular à educomunicação: reflexões no campo da "Educação como Cultura", in *Atos de Pesquisa em Educação* – ISSN 1809-0354 Blumenau – vol. 11, n. 2, p.422-443 ago./nov. **2016** DOI: http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2016v11n2p422-443.

MICARELLO, Hilda A. L. da Silva "A BNCC no contexto de ameaças ao estado democrático de direito" in *EccoS – Rev. Cient*., São Paulo, n. 41, p. 61-75, set./dez. **2016**, pg, 61-75). Acesso: http://oaji.net/articles/2017/4613-1490998101.pdf.

PRÓSPERO. Daniele. *Educomunicação e políticas públicas: os desafios e as contribuições para o Programa Mais Educação*. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, **2013**. Acesso: file:///C:/Users/Ismar/AppData/Local/Temp/DanieleProspero.pdf

SOARES, Ana Carolina Altieri. *Educomunicação e cidadania na América Latina. A interface comunicação/educação a partir das práticas sociais no continente: estudo de caso de políticas públicas na Argentina e no Brasil* (Dissertação de Mestrado, PROLAM/USP, **2012**), texto acessível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-22102012-124009/pt-br.php

SOARES, Ismar de Oliveira. "Comunicação/Educação: A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais". Brasília, Senado Federal, *Revista Contato*, **1999**. pg. 19-74.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação - contribuições para a reforma do ensino médio*. São Paulo: Paulinas, **2011**.

SOARES, Ismar de Oliveira. "Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina". In: LIMA, J. C.; MELLO, J. M. (Orgs.). *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil (2012/2013)*. Brasília: Ipea, **2013**, pg. 169-202. ISBN 978-85-7811-173-1 Acessível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_panorama_da_comunicacao_v4.pdf >.

SOARES, Ismar de Oliveira. **"**Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre Comunicação e Educação", in *Comunicação & Educação,* Ano XIX, número 2. jul/dez **2014**, pg. 15 a26

SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edison & XAVIER, Jurema Brasil (Orgs.). *Educomunicação e Alfabetização Midiática: conceitos, práticas e interlocuções*, São Paulo, ABPEducom, **2016**. ISBN 978-85-68365-04-5. Acessível em <https://issuu.com/abpeducom/docs/livro_4-_final>.

SOARES, Ismar de Oliveira. "A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico". *Comunicacão e Educação* (USP), v. 21, p. 13-25, **2016a**. ISSN 01046829. Acesso: http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/110451/112708 (Ir às pgs. 13-

SOARES, Ismar de Oliveira. "A educomunicação na segunda versão da BNCC: Caminhos para uma alfabetização midiática e informacional integrada ao currículo", in: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edison & XAVIER, Jurema Brasil (Orgs.). *Educomunicação e Alfabetização Midiática: conceitos, práticas e interlocuções*, São Paulo, ABPEducom, **2016b**, ISBN 978-85-68365-04-5. Pgs. 35-49. Acessível em <https://issuu.com/abpeducom/docs/livro_4-_final>.

SOARES, Ismar de Oliveira.; VIANA, Claudemir & XAVIER, Jureama (Orgs). *Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural.* São Paulo, ABPEducom, **2017**, acessível em: <http://www.abpeducom.org.br/o-que-fazemos/publicacoes/>. ISBN 978-85-68365-07-6

UNESCO. "Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores" **2010**, (acessível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002204/220418por.pdf).